

4. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ARENTIM E CUNHA:

Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **União das Freguesias de Arentim e Cunha**, para a execução da obra denominada **"Requalificação dos Balneários da Piscina de Arentim"**, no montante de **97.922,28 €**.

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARENTIM E CUNHA**

PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça do Município* desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: JOSÉ MANUEL RIBEIRO AFONSO intervindo em representação da **UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARENTIM E CUNHA**, pessoa colectiva de direito público nº 510 834 612 com sede Rua 25 de Abril, nº 10, 4705-745 adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos

contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a União de Freguesias de **Arentim e Cunha**. O presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de ----- de 2016 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ----- de 2016 pela Assembleia de Freguesia de **Arentim e Cunha** em sessão de ----- de 2016 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de 2016

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA DE ARENTIM E CUNHA** para a execução da obra denominada "**Requalificação dos Balneários da Piscina de Arentim,**" prevista no plano de atividades para o ano em curso, dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **92.379,51€ (valor sem I.V.A.), acrescida de 5.542,77€ (I.V.A. a 6%) perfazendo um total de 97.922,28€**. por conta da delegação efetuada.

2 - A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

Cláusula 4ª

Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª

Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª

Prazo

- 1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.
- 2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7.ª

Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.ª

Obrigações da FREGUESIA

- 1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª

Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª

Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

- 1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:
 - a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
 - b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
 - c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.
- 2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª

Ocorrências e emergências

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.
- 2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

- 1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
- 2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº-----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº-----

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos: a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em-----de 2016 pelo --º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ----- de 2016

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 19 de Abril de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Arentim e Cunha



BRAGA
Município

REQUISIÇÃO : 2016016/113 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-04-20

2263

Contribuinte: 510834612

ARENTIM E CUNHA
LUGAR DE GALINHELA
ARENTIM
4705-011 ARENTIM
PORTUGAL

Cabimento: 2016016/113 a 2016-04-20

Braga, 2016-04-20

Código de Produto/Conta	Data de Entrega	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc%	I.V.A.	Valor	(EUR)
442221555	2016-04-20	ARENTIM-OBRAS BENEFICIAÇÃO PISCINA MUNICIPAL	----	1,000	97922,28000	0		97 922,28	
	2016-04-20	01 0805010202	Dotação		3 787 686,03			97 922,28	

Incidência	Taxa	Valor de Iva	
			Sub-Total 97 922,28
			Valor IVA 0,00
			Valor total 97 922,28

Observações:
REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS DA PISCINA DE ARENTIM

Condições de pagamento :
Local de entrega : CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt



BRAGA

Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º PED/1035/2016

Assunto: Requalificação dos balneários da piscina de Arentim

Freguesia: UF de Arentim e Cunha

Informação do Coordenador da DAF

A UF de Arentim e Cunha apresenta um novo processo, tendo em vista a requalificação dos Balneários da Piscina de Arentim. Esta obra vai corrigir diversas anomalias já bem identificadas, que hipotecam a abertura da piscina na época balnear de 2016.

O projeto apresentado está elaborado de acordo com as normas técnicas em vigor pelo que tem condições de ser aprovado.

O valor da obra foi calculado em 97.922,28€, com IVA incluído, considerando-se correntes os preços unitários dos diferentes trabalhos.

Nestes termos poderá a obra ser apresentada a reunião de Câmara e Assembleia Municipal para que seja deliberada a delegação de competências da execução da obra, na UF de Arentim e Cunha de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

À consideração superior,

Braga, 18 de Abril de 2016

A Sra Vereadora do Desporto, Dra Sampaio Araújo, para emissão do parecer.
19.04.2016

É favorável a realização dos obras solicitadas pelo O Saxe e com o funcionamento do equipamento de aquecimento.
19/04/16

Ao Sr. Eng. Francisco para elaborar o respetivo contrato interadministrativo.
19.04.2016

Informação do Adjunto do Sr. Vereador

Concorda com a informação feita. Dada a degradação avançada do equipamento em apreço, constatada pelo Coordenador da DAF, julgo absolutamente necessária a execução desta obra, pelo que deverá merecer a aprovação e a sua delegação na Junta de Freguesias de Arentim e Cunha, através de um contrato interadministrativo. A mesma está contemplada no Plano 2015 do Município e deverá colher o parecer da Sra Vereadora do Desporto, Dra Sampaio Araújo.
À consideração superior. 19.04.2016

Despacho do Sr. Vereador

Toma-se de um equipamento que é fundamental para a sua qualidade e que necessita de reparação por não existir. De forma a corrigir esse anomaly e de todo o conveniente um intervenção urgente para satisfazer os requisitos de qualidade. Deve a requalificação da piscina de Arentim e Cunha e a aprovação de Sampaio Araújo do Desporto, Dra Sampaio Araújo e posteriormente a validação do parecer da Sra Vereadora do Desporto, Dra Sampaio Araújo.
Despacho do Sr. Presidente da Câmara
e a efetuar de contrato interadministrativo
e a UF de Arentim e Cunha.
19.04.2016

Assunto do Excmo.

16.04.19

De remeter à Dr. para cabimento e submeter à reunião do executivo.
20.04.2016